

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Balancos regulatório

Demonstrações dos resultados regulatórias

Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa n°605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Ampla Energia e Serviços S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Ampla Energia e Serviços S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 4.7 e 23)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nos 4.3 e 8)

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 4.7 e 23)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Resposta da auditoria ao assunto de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nos 4.3 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Notas Explicativas nºs 4.10.1 e 11)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nos 12 e 13)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível nos montantes de R\$ 5.555.864 mil e R\$ 189.236, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Notas Explicativas nos 4.10.1 e 11)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nos 12 e 13)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas nos 4.5 e 17)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, a Companhia possui risco quanto à adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de benefícios pós emprego (Notas Explicativas nos 4.5 e 17)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Covenants de empréstimos, financiamentos e debentures (Nota Explicativa 16)

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures no qual a Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados índices financeiros.

Resposta da auditoria ao assunto de Covenants de empréstimos, financiamentos e debentures (Nota Explicativa 16)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão dos contratos de empréstimos e financiamentos bem como das escrituras públicas das debêntures emitidas, o recálculo dos indicadores financeiros e a confirmação externa junto as instituições financeiras e agentes fiduciários, bem como, a sua divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Ampla Energia e Serviços S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 6 de fevereiro de 2017.

Demonstrações contábeis regulatórias correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, com relatório emitido em 29 de abril de 2016, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Balancos patrimoniais regulatório
em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	251.357	134.126
Titulos e valores mobiliários	7	53.772	107.359
Consumidores	8	736.365	970.942
Consumidores - serviços prestados		84.519	81.368
Ativos financeiros setoriais	11	149.530	239.382
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	277.512	173.228
Cauções e depósitos		63.601	40.923
Tributos a compensar	10	74.643	90.615
Serviço em curso		65.426	73.054
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	787	1.912
Outros créditos		125.425	132.787
Total do ativo circulante		<u>1.882.937</u>	<u>2.045.696</u>
Não circulante			
Consumidores	8	59.261	4.369
Ativos financeiros setoriais	11	55.003	610.994
Depósitos vinculados a litígios	19	223.325	223.613
Tributos a compensar	10	125.300	109.803
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	10.316	5.385
Tributos diferidos	25	602.616	451.734
Imobilizado	12	5.555.864	5.152.387
Intangível	13	189.236	172.954
Investimentos		3.982	3.285
Total do ativo não circulante		<u>6.824.903</u>	<u>6.734.524</u>
Total do ativo		<u><u>8.707.840</u></u>	<u><u>8.780.220</u></u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	14	688.858	952.142
Passivos financeiros setoriais	11	5.617	85.686
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	790.340	355.388
Salários, provisões e encargos sociais		42.546	34.760
Obrigações fiscais	15	124.301	216.146
Dividendos a pagar		46.515	46.657
Taxa regulamentares	21	339.189	252.336
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	13.510	-
Outras obrigações		83.549	48.800
Total do passivo circulante		<u>2.134.425</u>	<u>1.991.915</u>
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	14	162	5.778
Passivos financeiros setoriais	11	259.399	226.910
Tributos diferidos	25	283.775	340.880
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.438.990	2.329.232
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	493.335	491.635
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	603.705	522.092
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	62.615	-
Taxa regulamentares	21	46.087	50.142
Total do passivo não circulante		<u>4.188.068</u>	<u>3.966.669</u>
Patrimônio líquido	22		
Capital social		1.298.230	1.298.230
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucro		525.882	851.324
Reserva de reavaliação regulatória		537.522	644.236
Outros resultados abrangentes		459	4.592
Total do patrimônio líquido		<u>2.385.347</u>	<u>2.821.636</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>8.707.840</u></u>	<u><u>8.780.220</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações do resultado dos exercícios regulatório
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		6.670.209	6.759.878
Suprimento de energia elétrica		77.362	66.560
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição		310.125	246.762
Outras receitas vinculadas		277.285	256.056
Ativos e passivos financeiros setoriais		(542.914)	327.382
	23	<u>6.792.067</u>	<u>7.656.638</u>
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(1.721.457)	(1.698.658)
PIS-PASEP		(111.530)	(135.752)
Cofins		(513.713)	(625.281)
ISS		(3.030)	(3.103)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(20.641)	(18.864)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(712.064)	(854.498)
Programa de eficiência energética - PEE		(20.641)	(18.864)
Taxa de fiscalização		(6.481)	(9.903)
Outros encargos		(90.305)	(458.621)
		<u>(3.199.862)</u>	<u>(3.823.544)</u>
Receita líquida / ingresso líquido		<u>3.592.205</u>	<u>3.833.094</u>
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.825.602)	(2.328.323)
Encargos de transmissão / distribuição / conexão		(312.188)	(250.985)
		<u>(2.137.790)</u>	<u>(2.579.308)</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>1.454.415</u>	<u>1.253.786</u>
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	24	(161.513)	(187.871)
Serviços de terceiros		(484.287)	(433.489)
Material		(15.809)	(14.804)
Arrendamentos e aluguéis		(11.793)	(10.502)
Seguros		(4.470)	(3.473)
Doações, contribuições e subvenções		(1.824)	(2.397)
Provisão créditos de liquidação duvidosa		(214.605)	(128.153)
Outras provisões		(53.352)	(49.051)
Tributos		(1.907)	(1.391)
Depreciação e amortização		(289.839)	(294.760)
Outros despesas operacionais		(171.530)	(71.389)
		<u>(1.410.929)</u>	<u>(1.197.280)</u>
Resultado financeiro	26	<u>(533.941)</u>	<u>(376.070)</u>
Receita financeira		355.082	212.124
Despesa financeira		(889.023)	(588.194)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(490.455)</u>	<u>(319.564)</u>
Imposto de renda	25	114.547	72.442
Contribuição social	25	41.094	25.881
Prejuízo do exercício		<u>(334.814)</u>	<u>(221.241)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(156.983)	(103.740)
Acionistas não controladores		(177.831)	(117.501)
Prejuízo por ação originado das operações (reais por milhares de ações)		(3,41428)	(0,05640)
Básico - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(3,40190)	(0,05619)
Detentores de ações ordinárias		(0,01238)	(0,00021)
Diluído - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		(3,40190)	(0,05619)
Detentores de ações ordinárias		(0,01238)	(0,00021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações do resultado abrangente regulatório
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício		(334.814)	(221.241)
Outros resultados abrangentes			
Perda atuarial em benefícios pós emprego (fundo de pensão)	17	(26.892)	(63.811)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em benefícios pós emprego (fundo de pensão)	25	9.143	21.696
Perda em instrumentos financeiros derivativos	17	(6.262)	(3.683)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativos	25	<u>2.129</u>	<u>1.252</u>
Resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		<u>(356.696)</u>	<u>(265.787)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		(167.243)	(124.619)
Acionistas não controladores		(189.453)	(141.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(334.814)	(221.241)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	208.947	128.153
Depreciação e amortização	309.353	311.645
Juros e variações monetárias	328.726	295.838
Ativos e passivos financeiros setoriais	(23.998)	(63.087)
Provisão para perda na desativação de bens	(1.770)	190
Valor residual de intangível baixado	39.788	10.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(155.641)	(98.323)
Perda de recebíveis de clientes	5.658	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	198.295	164.220
Obrigações com benefício pós-emprego	49.405	44.779
P&D e eficiência energética	41.281	37.728
Outros	(248)	(340)
	<u>664.982</u>	<u>610.025</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores	(11.259)	(525.842)
Subvenção CDE- desconto tarifário	(104.284)	(93.249)
Ativos financeiros setoriais	506.341	(32.134)
Tributos a compensar	475	(53.031)
Depósitos vinculados a litígios	288	(27.559)
Serviço em Curso	7.628	10.466
Consumidores - serviços prestados	(3.151)	(4.320)
Outros créditos	(38.977)	(23.693)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(105.402)	255.073
Passivos financeiros setoriais	(47.580)	(26.770)
Salários, Provisões e encargos sociais	7.786	(1.242)
Obrigações fiscais	(91.845)	187.345
Taxas regulamentares	86.853	226.834
Pagamento de benefício pós emprego	(74.597)	(61.989)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(116.682)	(101.163)
Outros passivos	(11.282)	(27.943)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>669.294</u>	<u>310.808</u>
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível e imobilizado	(888.633)	(780.829)
Títulos e valores mobiliários	53.587	(89.207)
Caixa líquido consumido pelas as atividades de investimento	<u>(835.046)</u>	<u>(870.036)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de debêntures		-
Pagamento de debêntures	(194.540)	(58.500)
Captação de empréstimos e financiamentos	898.481	1.086.606
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(261.125)	(264.752)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(54.617)	(78.669)
Pagamentos de juros de debêntures	(105.357)	(105.531)
Dividendos pagos	141	(110)
Parcelamento especial	-	(464)
Caixa líquido gerado pelas as atividades de financiamento	<u>282.983</u>	<u>578.580</u>
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>117.231</u>	<u>19.352</u>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	134.126	114.774
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	<u>251.357</u>	<u>134.126</u>
	<u>117.231</u>	<u>19.352</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos com capital próprio	Reserva legal	estatutária de reforço capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	1.298.230	2.308	20.946	113.379	936.376	1.207.141	7.023	-	3.585.403
Realização da reserva de reavaliação regulatória de 2014, líquida dos impostos (obrigações especiais)	-	-	-	-	-	5.867	-	(5.867)	(5.867)
Realização da reserva de reavaliação regulatória de 2014, líquida dos impostos (obrigações especiais)	-	-	-	-	(5.867)	-	-	5.867	5.867
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	-	-	-	-	-	(63.811)	-	(63.811)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	25	-	-	-	-	-	21.696	-	21.696
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	42.115	(42.115)	-
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	28	28
Perda de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	-	(3.683)	-	(3.683)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	25	-	-	-	-	-	1.252	-	1.252
Constituição da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	(132.697)	-	-	(132.697)
Realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	18.749	(97.560)	-	78.811	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	26.796	-	(26.796)	-
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	(365.311)	-	-	(365.311)
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	-	-	-	(221.241)	(221.241)
Absorção de prejuízo do exercício	22	-	-	-	(211.313)	-	-	211.313	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.298.230	2.308	20.946	113.379	737.945	644.236	4.592	-	2.821.636
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	-	-	-	-	-	(26.892)	-	(26.892)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	25	-	-	-	-	-	9.143	-	9.143
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	-	-	17.749	(17.749)	-
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	141	141
Perda de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	-	(6.262)	-	(6.262)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	25	-	-	-	-	-	2.129	-	2.129
Realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	(161.688)	-	40.879	(120.809)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	13.899	-	(13.899)	-
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	-	-	41.075	-	-	41.075
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	-	-	-	(334.814)	(334.814)
Absorção de prejuízo do exercício	22	-	-	-	(325.442)	-	-	325.442	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.298.230	2.308	20.946	113.379	412.503	537.522	459	-	2.385.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL")

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 28 de abril de 2017.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 33.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

4.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis regulatórias são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 27 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 27 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

4.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

4.5. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis regulatórias, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

4.6. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.7. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.8. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.9. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p><i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p><i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p>
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>IFRS 16 Leases – Arrendamentos</p> <p><i>IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.</i></p> <p><i>A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.</p>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis regulatórias.

4.10. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 10 a 18, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.10.1. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.10.2. Imobilizado

a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 474/2012.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.10.3. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 474/2012.

4.10.4. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.10.5. Reserva de reavaliação

Para fins da contabilidade societária, a Lei no 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2009 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

A reavaliação foi registrada no exercício de 2014 estando de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária tendo como data-base o mês de setembro de 2013.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.10.6. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis regulatórias, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Alterações e atualizações na legislação regulatória e fiscal

a) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde.

b) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro

A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Sobrecontratação de energia

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

d) Descontos na CDE concedidos por liminar

O Despacho 1.576, de 14/06/2016, que revogou o Despacho 2.792, de 25/08/2015, determinou às distribuidoras que deduzam das cotas mensais da CDE, fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, conforme metodologia definida na Nota técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Os efeitos tarifários das liminares vigentes, previstos no Despacho nº 1.576/2016, relativo ao período posterior a revisão tarifária, foram registrados como outras receitas - Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido em contra-partida do passivo, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Para o montante correspondente a data de entrada em vigor do Despacho e a revisão tarifária, foi constituído um passivo financeiro.

e) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa e Eficiência Energética - PEE

A Lei nº 13.280, de 3/05/2016, alterou a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética devendo 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e contas correntes bancárias	34.825	9.493
Total de caixa e contas correntes bancárias	34.825	9.493
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	76.827	-
Operações compromissadas	131.630	17.759
Total das aplicações diretas	208.457	17.759
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	2	18.071
Operações compromissadas	8.073	88.803
Total de fundos de investimento não exclusivos	8.075	106.874
Total	251.357	134.126

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos não exclusivos	45.144	27.896
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.553	77.624
LF - Letra Financeira	2.075	1.839
Total	53.772	107.359

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2016	31/12/2015
Classe de consumidores:					
Residencial	17.349	68.488	66.730	152.567	325.837
Industrial	35.908	13.941	37.080	86.929	86.650
Comercial	42.155	42.143	58.664	142.962	138.249
Rural	1.019	3.201	9.881	14.101	17.384
Poder público iluminação pública	67.417	77.215	110.307	254.939	218.342
Serviço público	13.173	629	174	13.976	11.605
Revenda	12.426	1.035	980	14.441	11.745
Fornecimento	189.447	206.652	283.816	679.915	809.812
Receita não faturada	229.678	-	-	229.678	273.637
Consumidores baixa renda	7.143	-	-	7.143	6.576
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Outros contas a receber - RDS	2.672	8.305	35.084	46.061	23.553
Subtotal	428.940	214.957	323.036	966.933	1.117.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(194.585)	(194.585)	(135.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -RDS	-	-	(35.983)	(35.983)	(11.519)
Total circulante	428.940	214.957	92.468	736.365	970.942
Não circulante					
Parcelamento de débitos	-	-	109.276	109.276	52.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(50.015)	(50.015)	(48.427)
Total não circulante	-	-	59.261	59.261	4.369

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

compondo o saldo de fornecimento e suprimento de energia e encargo de uso de rede, encontra-se registrado operações com partes relacionadas melhor comentadas na Nota 18.

No 4º trimestre de 2016 a Companhia iniciou uma operação de venda de faturas de energia de clientes massivos de baixa tensão onde todos e quaisquer riscos e benefícios foram substancialmente transferidos na operação. Essa operação atende os requisitos para desreconhecimento do ativo financeiro tratados no CPC 38 Instrumentos Financeiros-Reconhecimento e Mensuração.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no histórico de perdas efetivas com os consumidores, existência de garantias reais para os clientes mais relevantes. Para os demais clientes, a Companhia utiliza o critério estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica emitido pela ANEEL, uma vez que entende ser este critério suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

O resultado de PCLD da companhia foi substancialmente afetado pelo reconhecimento de provisão sobre outros serviços complementares com valores vencidos a mais de 360 dias no montante de (R\$ 17.456). Adicionalmente para os clientes em processos de recuperação judicial, concordata ou processo falimentar estão sendo integralmente provisionadas (valores vencidos e a vencer) (R\$18.527).

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.011)	116.627	(280.583)
	<u>(195.199)</u>	<u>(202.011)</u>	<u>116.627</u>	<u>(280.583)</u>

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	86.824	113.703
Resolução Homologatória 2.023/2016	121.940	-
Parcela de Ajuste (estimativa)	15.370	6.147
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>277.512</u>	<u>173.228</u>

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703, 1861 e 2.023), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 247.433

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(R\$ 147.494 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	10.396	-	34.227	-
ICMS	49.376	92.371	47.459	77.922
PIS e COFINS	8.246	32.929	7.300	31.881
Outros tributos	6.625	-	1.629	-
Total de tributos a compensar	<u>74.643</u>	<u>125.300</u>	<u>90.615</u>	<u>109.803</u>

Do total de crédito de ICMS, R\$ 127.637 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 111.271 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses. O valor de R\$ 14.110 referem-se aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES.

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar, referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

a) Ativos e passivos financeiros setoriais

A nova regulamentação do setor de energia elétrica implicou, dentro outras alterações, na constituição de ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre esses ativos e passivos.

b) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Programas sociais e governamentais

A Companhia, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. A tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência. Os saldos remanescentes estão classificados como “outros” em demais ativos regulatórios.

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a Ampla, por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 15 de março de 2016, o reajuste tarifário percebido pelo consumidor foi de 7,38%, sendo 3,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico, 7,81% relativos aos componentes financeiros entrantes e -3,68% relativos aos componentes financeiros retirados do ano anterior. O principal componente financeiro foi a CVA, que representa um total de R\$ 398.449, sendo composta por 2 parcelas: (i) a CVA em processamento no valor de R\$ 394.581 e, (ii) o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 3.868.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31/12/2016	Valores em	Valores em	Não	
							Amortização	Constituição	Circulante	Circulante
CVA Ativa	601.245	1.805.935	(1.959.264)	399.845	(752.797)	94.964	94.876	88	93.962	1.002
Aquisição de Energia - (CVA energia)	458.908	1.480.911	(1.474.748)	319.082	(700.115)	84.038	88.786	(4.748)	88.786	(4.748)
Proinfa	1.970	2.931	(4.769)	683	(566)	249	870	(621)	869	(620)
Transporte Rede Básica	13.879	6.702	(17.695)	1.855	1.075	5.816	2.116	3.700	1.203	4.613
Transporte de Energia - Itaipu	820	1.655	1.778	608	-	4.861	3.104	1.757	3.104	1.757
ESS	-	328.283	(372.400)	63.802	(19.685)	-	-	-	-	-
CDE	125.668	(14.547)	(91.430)	13.815	(33.506)	-	-	-	-	-
Demais ativos regulatórios	249.131	21.550	(56.735)	(7.517)	(96.860)	109.569	(687)	110.256	55.568	54.001
Majoração PIS/Cofins	16.169	40.160	-	-	(73)	56.256	-	56.256	56.256	-
Neutralidade da Parcela A	34.634	47.502	(47.017)	5.734	(7.259)	33.594	3.537	30.057	3.537	30.057
Sobrecontratação de Energia	7.852	(109.070)	1.040	(13.251)	113.429	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	42.795	-	-	(26.688)	16.107	(6.741)	22.848	(7.837)	23.944
Outros	190.476	163	(10.758)	-	(176.269)	3.612	2.517	1.095	3.612	-
Total ativos regulatórios	850.376	1.827.485	(2.015.999)	392.328	(849.657)	204.533	94.189	110.344	149.530	55.003

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31/12/2016	Valores em	Valores em	Não	
							Amortização	Constituição	Circulante	Circulante
CVA Passiva	99.183	2.117.636	(1.621.957)	358.751	(752.797)	200.816	558	200.258	558	200.258
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	1.588.448	(1.163.645)	275.312	(700.115)	-	-	-	-	-
Proinfa	-	620	(57)	3	(566)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	4.043	(6.359)	1.241	1.075	-	-	-	-	-
ESS	99.183	469.029	(451.896)	78.760	(19.685)	175.391	19.211	156.180	19.211	156.180
CDE	-	55.496	-	3.435	(33.506)	25.425	(18.653)	44.078	(18.653)	44.078
Demais passivos regulatórios	213.413	(20.573)	(41.360)	9.580	(96.860)	64.200	5.061	59.139	5.059	59.141
Majoração PIS/Cofins	-	73	-	-	(73)	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	32.851	(30.372)	4.780	(7.259)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	(35.310)	(18.719)	4.800	113.429	64.200	5.061	59.139	5.059	59.141
Devoluções Tarifárias	12.429	6.528	7.731	-	(26.688)	-	-	-	-	-
Outros	200.984	(24.715)	-	-	(176.269)	-	-	-	-	-
Total passivos regulatórios	312.596	2.097.063	(1.663.317)	368.331	(849.657)	265.016	5.619	259.397	5.617	259.399

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Descrição	Valor Bruto em						Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
	31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação	Reavaliação								
Ativo imobilizado em serviço														
Distribuição	8.085.823	4.716	(111.196)	545.039	20	(203.576)	8.320.826	438.559	(3.633.630)	4.687.196	4.590.463	(488.590)	155.391	(333.199)
Terrenos	23.423	36	(146)	8.322	1	(578)	31.058	8.212	-	31.058	23.423	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	119.145	12	-	1.259	(231)	(2.983)	117.202	1.271	(92.545)	24.657	25.251	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7.933.349	4.668	(111.050)	535.348	251	(199.808)	8.162.758	428.966	(3.535.520)	4.627.238	4.537.192	(488.590)	155.391	(333.199)
Veículos	2.548	-	-	-	-	(68)	2.480	-	(2.480)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	7.358	-	-	110	(1)	(139)	7.328	110	(3.085)	4.243	4.597	-	-	-
Administração	156.232	80	-	5.622	(20)	(3.510)	158.404	5.702	(119.441)	38.963	38.130	-	-	-
Terrenos	1.749	7	-	-	(1)	(53)	1.702	7	-	1.702	1.749	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	12.441	73	-	-	(241)	(368)	11.905	73	(5.506)	6.399	7.089	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	97.073	-	-	4.863	222	(1.911)	100.247	4.863	(72.317)	27.930	26.607	-	-	-
Veículos	2.834	-	-	-	-	(69)	2.765	-	(2.580)	185	241	-	-	-
Móveis e Utensílios	42.135	-	-	759	-	(1.109)	41.785	759	(39.038)	2.747	2.444	-	-	-
Total do ativo imobilizado em serviço	8.242.055	4.796	(111.196)	550.661	-	(207.086)	8.479.230	444.261	(3.753.071)	4.726.159	4.628.593	(488.590)	155.391	(333.199)
Ativo imobilizado em curso														
Distribuição	503.619	934.381	(80.269)	(545.039)	(360)	-	812.332	309.073	-	812.332	503.619	(129.056)	-	(129.056)
Máquinas e Equipamentos	307.390	893.838	-	(535.348)	(718)	-	665.162	358.490	-	665.162	307.390	(129.056)	-	(129.056)
Outros	196.229	40.543	(80.269)	(9.691)	358	-	147.170	(49.417)	-	147.170	196.229	-	-	-
Administração	20.175	2.460	-	(5.622)	360	-	17.373	(3.162)	-	17.373	20.175	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	16.145	2.145	-	(4.863)	(253)	-	13.174	(2.718)	-	13.174	16.145	-	-	-
Outros	4.030	315	-	(759)	613	-	4.199	(444)	-	4.199	4.030	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso	523.794	936.841	(80.269)	(550.661)	-	-	829.705	305.911	-	829.705	523.794	(129.056)	-	(129.056)
Total do ativo imobilizado	8.765.849	941.637	(191.465)	-	-	(207.086)	9.308.935	750.172	(3.753.071)	5.555.864	5.152.387	(617.646)	155.391	(462.255)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e equipamentos	Valor bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Reavaliação (E)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)
AIS Bruto	8.413.333	4.668	(111.050)	543.954	251	(199.808)	8.651.348	437.572
Transformador de Distribuição	1.275.385	-	(9.520)	38.072	-	(28.814)	1.275.123	28.552
Medidor	1.570.117	-	(43.152)	104.457	-	(33.235)	1.598.187	61.305
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.412.777	-	-	58	(3.282.325)	-	130.510	58
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	37.392	-	(47.478)	249.293	3.135.456	(83.437)	3.291.226	201.815
Redes Alta Tensão (69 kV)	200.317	-	(2.119)	-	(35.378)	(5.281)	157.539	(2.119)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	335.881	-	(463)	3.307	(49.381)	(8.561)	280.783	2.844
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	2.449	-	-	259	(2.706)	(2)	-	259
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	106.639	-	483	17.048	(30.237)	(1.742)	92.191	17.531
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	401.865	4.668	(253)	16.568	(80.814)	(14.094)	327.940	20.983
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	719.730	-	(2.950)	35.088	(121.742)	(17.407)	612.719	32.138
Demais máquinas e equipamentos	350.781	-	(5.598)	79.804	467.378	(7.235)	885.130	74.206
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(479.984)	-	-	(8.606)	-	-	(488.590)	(8.606)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	(8.606)	-	-	(8.606)	(8.606)
Outros	(479.984)	-	-	-	-	-	(479.984)	-
Originadas da Receita	(44.600)	-	-	-	-	-	(44.600)	-
Outros	(44.600)	-	-	-	-	-	(44.600)	-
Outros	(435.384)	-	-	-	-	-	(435.384)	-

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo imobilizado	31/12/2016			31/12/2015
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição		8.320.826	(3.633.630)	4.687.196
Custo Histórico	5,78%	5.869.982	(1.967.303)	3.902.679
Correção Monetária Especial	4,74%	152.266	(133.006)	19.260
Reavaliação	5,78%	2.298.578	(1.533.321)	765.257
Administração		158.404	(119.441)	38.963
Custo Histórico	7,45%	96.358	(58.607)	37.751
Correção Monetária Especial	8,75%	9.744	(9.488)	256
Reavaliação	7,75%	52.302	(51.346)	956
Total do ativo imobilizado em serviço		8.479.230	(3.753.071)	4.726.159
Em curso				
Distribuição		812.332	-	812.332
Administração		17.373	-	17.373
Total do ativo imobilizado em curso		829.705	-	829.705
Total do ativo imobilizado		9.308.935	(3.753.071)	5.555.864

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Terrenos	-	11	-	9.494	9.505
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4.391	8.876	577	1.037	14.881
Máquinas e equipamentos	421.846	366.218	44.461	95.595	928.120
Móveis e utensílios	139	-	-	-	139
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	505	-	-	-	505
Material em depósito	(52.023)	-	-	-	(52.023)
Compras em andamento	13.017	-	-	-	13.017
Adiantamentos a fornecedores	-	(18.522)	-	-	(18.522)
Depósitos judiciais	-	-	-	(9.724)	(9.724)
Outros	2.130	45	-	(31.501)	(29.326)
Total das adições do ativo imobilizado em curso	390.005	356.628	45.038	64.901	856.572

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Distribuição

Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	CHAVE SEC 13,8KV 400A TRI MOTOR GÁS(SF6)	23.414
2.	CONDUTOR AL ISOL XLPE 1X1X10MM ² +10MM ² MONO	18.029
3.	CONC SEC EN ATIVA E REAT TRI	9.514
4.	POSTE DT CONC 11M 400DAN	9.119
5.	CHAVE FUSIVEL 13,8KV 400A TRI MOTOR GÁS(SF6)	8.701
6.	CHAVE SEC. 13,8KV 400A TRI MOTOR GÁS(SF6)	8.334
7.	CONCENTRADOR SECUND EN ATIVA E REAT TRI	8.317
8.	POSTE CIRC AÇO 11M 400DAN	6.851
9.	TERRENO SUBESTACAO DO INGA 11.165,22 M ²	6.744
10.	CONJ MED 15,0KV 120:1 13,8KV/115/115/√3 0,3C12,5 E	5.757

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	MED ETRON E 1F	(1.647)
2.	MED ETRON E 2F	(930)
3.	MED ETRON A/R 3F	(207)
4.	R. FELICIANO SODRÉ, 230 - 945 m ²	(146)
5.	COND;<69kV;COBR;NU;35;MONOF/UNIP	(112)
6.	MEDIDOR EN POLI	(96)
7.	COND;<69kV;COBR;NU;70;MONOF/UNIP	(32)
8.	CONCENTRADOR PRIMÁRIO	(26)
9.	COND;<69kV;AL;NU;2 AWG;MONOF/UNIP	(19)
10.	MEDIDOR TRIF ATIV /REATIV,0,5-S/DISPLAY 127V	(16)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

13. Intangível

Descrição	Valor Bruto em					Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
	31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Reavaliação					
Ativo intangível em serviço										
Distribuição	192.619	-	1.455	-	(4.697)	189.377	1.455	(76.485)	112.892	116.117
Servidões	79.084	-	-	-	(1.912)	77.172	-	-	77.172	79.084
Softwares	82.368	-	1.455	-	(1.991)	81.832	1.455	(75.397)	6.435	6.983
Outros	31.167	-	-	-	(794)	30.373	-	(1.088)	29.285	30.050
Administração	103.294	-	14.001	-	(1.496)	115.799	14.001	(74.811)	40.988	38.087
Softwares	102.123	-	14.001	-	(1.494)	114.630	14.001	(74.805)	39.825	36.922
Outros	1.171	-	-	-	(2)	1.169	-	(6)	1.163	1.165
Total do ativo intangível em serviço	295.913	-	15.456	-	(6.193)	305.176	15.456	(151.296)	153.880	154.204
Ativo intangível em curso										
Distribuição	(549)	443	(1.455)	2.187	-	626	1.175	-	626	(549)
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	(594)	443	(1.455)	2.187	-	581	1.175	-	581	(594)
Outros	45	-	-	-	-	45	-	-	45	45
Administração	19.299	31.619	(14.001)	(2.187)	-	34.730	15.431	-	34.730	19.299
Softwares	18.926	31.606	(14.001)	(1.810)	-	34.721	15.795	-	34.721	18.926
Outros	373	13	-	(377)	-	9	(364)	-	9	373
Total do ativo intangível em curso	18.750	32.062	(15.456)	-	-	35.356	16.606	-	35.356	18.750
Total do ativo intangível	314.663	32.062	-	-	(6.193)	340.532	32.062	(151.296)	189.236	172.954

Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo intangível	31/12/2016			31/12/2015
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição		189.377	(76.485)	112.892
Custo Histórico	20,00%	102.836	(57.198)	45.638
Correção Monetária Especial		955	-	955
Reavaliação	20,00%	85.586	(19.287)	66.299
Administração		115.799	(74.811)	40.988
Custo Histórico	20,00%	93.448	(53.030)	40.418
Correção Monetária Especial	20,00%	1.071	(1.071)	-
Reavaliação	20,00%	21.280	(20.710)	570
Total do ativo intangível em serviço		305.176	(151.296)	153.880
Em curso				
Distribuição		626	-	626
Administração		34.730	-	34.730
Total do ativo intangível em curso		35.356	-	35.356
Total do ativo intangível		340.532	(151.296)	189.236

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	313.434	702.760
Encargo de uso da rede	15.170	13.532
Diferencial Eletronuclear	-	779
Partes relacionadas (vide Nota 18)	1.464	2.056
Materiais e serviços	358.952	238.793
Total	<u>689.020</u>	<u>957.920</u>
Circulante	688.858	952.142
Não circulante	162	5.778

15. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	55.973	148.692
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.157	35.956
Programa de integração social - PIS	8.458	7.761
Imposto sobre serviços - ISS	4.770	3.340
INSS s/ terceiros	10.574	8.709
Outros	5.369	11.688
Total	<u>124.301</u>	<u>216.146</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos, financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Empréstimos</u>						
Banco do Brasil S.A	-	101.813	19/11/2013	31/12/2016	Anual	107% CDI
Banco do Brasil S.A	-	30.424	29/11/2013	31/12/2016	Anual	107% CDI
Citibank N.A	126.054	-	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Santander Chile	250.050	-	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Empréstimos	376.104	132.237				
<u>Financiamentos</u>						
BNDES (Capex 2011)	45.795	55.972	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	29.593	48.622	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	29.605	48.642	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	53.047	61.313	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	83.845	106.274	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	83.879	106.317	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	2.066	-	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	44.758	56.854	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	140.027	56.920	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES (Capex 2014-2015)	151.392	-	30/05/2016	15/12/2023	Mensal	9.5%
Financiamentos	664.007	540.914				
<u>Partes relacionadas</u>						
Enel Brasil (vide nota 18)	1.211.976	878.138	29/12/2015	07/08/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	1.211.976	878.138				
Total de empréstimos e financiamentos	2.252.087	1.551.289				
Resultado das operações de Swap	65.809	-				
Total de empréstimos e financiamentos	2.317.896	1.551.289				
Circulante	373.422	119.520				
Não circulante	1.878.665	1.431.769				

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue as condições contratuais:

<u>Contratos</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Total</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Garantias</u>
<u>Empréstimos</u>				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
<u>Financiamentos</u>				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	1.024.850	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	161.851	100%	-

* Vide nota 18

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e empréstimo com Citibank N.A, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016.

<u>Contratos</u>	<u>Obrigações especiais financeiras</u>	<u>Limite</u>	<u>Periodicidade de Apuração dos índices</u>
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido* / LAJIDA** (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido* / (PL + Endividamento Financeiro Líquido*) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Bancário Líquido/ (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida* / EBITDA** (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida* / (Dívida Financeira Líquida* + PL) (máximo)	0,60	Trimestral

*Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados).

** LAJIDA/EBITDA: Lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2016					
<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Após 2021</u>	<u>Total não Circulante</u>
273.524	1.401.522	104.908	74.200	24.511	1.878.665

Debêntures

	31/12/2016		31/12/2015		Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>		<u>Inicial</u>	<u>Final</u>			
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.869	-	15/06/2011	15/06/2015	15/06/2016	CDI + 1,2% a.a.	Anual	11.700
2ª série - 6ª emissão	95.300	87.831	92.884	164.613	15/06/2011	15/06/2016	15/06/2018	IPCA + 7,90% a.a.	Anual	18.300
1ª série - 7ª emissão	50.302	-	50.624	50.000	15/06/2012	15/06/2016	15/06/2017	CDI + 1,02% a.a.	Anual	10.000
2ª série - 7ª emissão	150.482	274.287	12.593	385.551	15/06/2012	15/06/2017	15/06/2019	IPCA + 6,00% a.a.	Anual	30.000
1ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	16/07/2014	07/07/2017	15/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
2ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	16/07/2014	15/07/2017	15/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
(-) Custos a amortizar	(972)	(1.793)	(1.202)	(2.701)						
Total sem efeito de swap	416.918	560.325	235.868	897.463						
Resultado das operações de swap	(787)	-	(1.912)	(5.385)						
Total de debêntures líquido	416.131	560.325	233.956	892.078						

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 11.104 (R\$ 7.297 em 31 de dezembro em 2015).

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	233.956	892.078	1.126.034
Amortização	(194.540)	-	(194.540)
Encargos provisionados	102.010	-	102.010
Encargos pagos	(105.357)	-	(105.357)
Variação monetária	-	40.661	40.661
Transferência de prazos	372.414	(372.414)	-
Custo de transação amortizado	1.138	-	1.138
Resultado de swap	6.510	-	6.510
Em 31 de dezembro de 2016	416.131	560.325	976.456

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações especiais financeiras	Limites		
	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	3,50	3,50
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	1,75	1,75	-
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	-	-	0,60

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2018	Após 2018	Total
2ª série - 6ª emissão	87.831	-	87.831
1ª série - 7ª emissão	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	137.143	137.144	274.287
1ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	100.000
2ª série - 8ª emissão	50.000	50.000	100.000
(-) Custo de transação	(798)	(995)	(1.793)
Total a amortizar	324.176	236.149	560.325

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

17. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem abaixo relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 139.882 para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário.

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 6,75% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,83% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,92% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,04% da folha de salários dos participantes ativos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31/12/2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de - 1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30/01/2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário em regime pré-pago.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Retorno real dos ativos dos planos

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus

empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 493.335 (R\$ 491.635 em 31 de Dezembro de 2015), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.029.004	1.021.198	Valor justo dos ativos do plano no início do período	656.657	646.407
Custo dos serviços correntes	1.934	1.837	Retorno esperado dos ativos do plano	90.605	78.655
Custos dos juros	138.053	121.575	contribuições recebidas de participantes do plano	24	22
Contribuição de participantes do plano	24	22	Contribuições do empregador	74.572	61.967
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	131.243	(18.327)	Benefícios pagos pelo plano	(110.851)	(97.301)
Benefícios pagos pelo plano	(110.851)	(97.301)	Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.189.407</u>	<u>1.029.004</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>771.966</u>	<u>656.657</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.189.407	1.029.004
Valor justo dos ativos	<u>(771.966)</u>	<u>(656.657)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (Ativo) passivo atuarial líquido	417.441	372.347
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas (Ativo) passivo atuarial líquido apurado	75.894	119.288
	<u>493.335</u>	<u>491.635</u>

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo do serviço corrente bruto	1.958	1.859
Contribuições de participante	<u>(24)</u>	<u>(22)</u>
Custo do serviço líquido	<u>1.934</u>	<u>1.837</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	138.053	121.575
Rendimento esperado dos ativos no ano	<u>(90.605)</u>	<u>(78.655)</u>
Juros líquidos sobre o passivo	<u>47.448</u>	<u>42.920</u>
Total reconhecido na DRE	<u>49.382</u>	<u>44.757</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2016	31/12/2015
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	131.243	(18.327)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(60.959)	33.093
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	(43.392)	49.045
Montante reconhecido no período em ORA	26.892	63.811

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2016	31/12/2015
Retorno esperado sobre os ativos do plano	90.605	78.655
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	60.959	(33.093)
Retorno real sobre os ativos dos planos	151.564	45.562

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	PCA	PACV	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,20%	12,20%	12,25%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,20%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

18. Partes relacionadas

Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Passivo não	Receita	Ativo	Passivo	Passivo não	Receita	
	circulante (*)	circulante (*)	circulante (*)	(despesa)	circulante (*)	circulante (*)	circulante (*)	(despesa)	
Fundo de pensão (a)	Fundo de pensão	-	-	493.335	(49.382)	-	-	491.635	(44.757)
Enel Cien S/A (b)	Transmissão de energia	-	336	-	(3.053)	-	298	-	(3.553)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A (c)	Compra de energia	-	623	-	(6.869)	-	1.111	-	(8.803)
Enel soluções S/A (d)	Serviços	79	505	-	404	58	647	-	748
Enel Energy (e)	Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Brasil (f)	Mútuos	2.356	187.126	1.024.850	(171.986)	8.593	-	878.138	(56.315)
Enel Green Power (g)	Compra de energia	-	-	-	(1.349)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas		2.435	188.590	1.518.185	(232.235)	8.651	2.056	1.369.773	(112.680)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros		-	-	(493.335)	(49.382)	-	-	(491.635)	(44.757)
Total		2.435	188.590	1.024.850	(281.617)	8.651	2.056	878.138	(157.438)

* Esses valores são classificados como consumidores (Nota 7), fornecedores (Nota 14), empréstimos, financiamentos, debêntures (Nota 16), e fundos de pensão (Nota 17)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 17.
- b) Enel Cien S.A - (Anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S/A): despesas com a Rede Básica no exercício, que tem seus contratos homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- c) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A - (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A): os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015.
- d) Enel soluções S/A - (Anteriormente denominada EN- Brasil Comercio e Serviços S/A): decorre de contratos através dos quais a Companhia arrecada e repassa à Prátil valores cobrados aos seus clientes através de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem ao projeto Eletrodependentes, no montante total contratado de R\$ 505 e ao projeto de Bombeamento Solar.
- e) Enel Energy: serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software (hyperium, nostrum, oracle, osisoft e sap) onde o faturamento é feito semestralmente.
- f) Enel Brasil: mútuos contratados em 2015 e 2016 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 16).
- g) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Parapanema e Enel Green Power Mourão.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	1.024.850	-	-	878.138
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	25.275	161.851	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	25.275	161.851	1.024.850	-	-	878.138
	31/12/2016	31/12/2015				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas	Provisionados	Provisionados				
Enel Brasil Mútuo Subordinado *	146.712	-				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	25.274	56.315				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	171.986	56.315				

* Os encargos de empréstimos com partes relacionadas dos últimos 12 meses, corresponde ao montante de R\$ 146.712 de mútuo subordinado com a ENEL Brasil.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 7.217 (R\$ 13.821 em 31 de dezembro de 2015).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

19. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2015		31/12/2016			
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	175.137	64.416	(63.251)	87.568	(16.419)	247.451
Cíveis (b)	290.086	99.097	(50.845)	49.596	(84.352)	303.582
Fiscais (c)	28.923	25	(102)	2.149	(2.663)	28.332
Regulatório (d)	27.946	4.012	-	5.630	(13.248)	24.340
Total das provisões	522.092	167.550	(114.198)	144.943	(116.682)	603.705

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.005 (R\$12.326 em 31 de dezembro de 2015).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.279, valor total do auto de R\$ 13.199, (R\$ 4.991 e R\$ 12.477 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) e de R\$ 502, valor total do auto R\$ 2.512 (R\$476 e R\$ 2.378 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	552.959	505.324
Cíveis	937.576	762.230
Fiscais	1.674.601	1.809.217
Juizados especiais	144.419	128.526
	<u>3.309.555</u>	<u>3.205.297</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.192.018 (R\$ 1.127.837 em 31 de dezembro 2015).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 3 de dezembro de 2016 é de R\$ 156.721 (R\$ 149.174 em 31 de dezembro de 2015).

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.062 em 31 de dezembro de 2015), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A Companhia discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexactidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 27.275.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 37.485 em 31 de dezembro de 2015). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.403 e 2.046, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.830 e R\$ 1.887 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

A companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 34.693.

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.708 (R\$ 10.144 em 31 de dezembro de 2015)

Ativo contingente não registrado

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 172.200 (R\$ 166.758 em 31 de dezembro de 2015).

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	176.008	173.993
Cíveis	40.199	46.549
Fiscais	7.118	3.071
Total	223.325	223.613

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Descrição	Depreciação -		Custo	Reavaliação	Total
	Taxa Média Anual	Histórico			
Em serviço			(315.148)	(173.442)	(488.590)
Participação da União, Estados e Municípios			(434)	(246)	(680)
Participação Financeira do Consumidor			(245.609)	(138.966)	(384.575)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			(25.733)	(14.560)	(40.293)
Pesquisa e desenvolvimento			(14.888)	(3.554)	(18.442)
Outros			(28.484)	(16.116)	(44.600)
(-) Amortização Acumulada - AIS			100.383	55.008	155.391
Participação da União, Estados e Municípios	4,10%		338	18	356
Participação Financeira do Consumidor	4,10%		54.639	53.167	107.806
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,10%		20.088	502	20.590
Pesquisa e Desenvolvimento	4,10%		3.958	457	4.415
Outros	4,10%		21.360	864	22.224
Total			(214.765)	(118.434)	(333.199)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação (C)	Reclassificação (D)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Obrigações especiais em serviço	(479.984)	-	(8.606)	-	-	(488.590)	(8.606)	(488.590)	(479.984)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	-	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(384.575)	-	-	-	-	(384.575)	-	(384.575)	(384.575)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(40.293)	-	-	-	-	(40.293)	-	(40.293)	(40.293)
Pesquisa e Desenvolvimento	(9.836)	-	(8.606)	-	-	(18.442)	(8.606)	(18.442)	(9.836)
Outros	(44.600)	-	-	-	-	(44.600)	-	(44.600)	(44.600)
(-) Amortização acumulada - AIS	135.521	12.685	-	7.185	-	155.391	19.870	155.391	135.521
Participação da União, Estados e Municípios	196	18	-	20	122	356	38	356	196
Participação Financeira do Consumidor	109.730	10.163	-	5.343	(17.430)	107.806	15.506	107.806	109.730
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	11.661	1.065	-	502	7.362	20.590	1.567	20.590	11.661
Pesquisa e Desenvolvimento	1.901	260	-	457	1.797	4.415	717	4.415	1.901
Outros	12.033	1.179	-	863	8.149	22.224	2.042	22.224	12.033
Em curso	(105.524)	(32.138)	8.606	-	-	(129.056)	(23.532)	(129.056)	(111.234)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	-	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(5.710)	-	-	-	5.710	-	5.710	-	(5.710)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	(10.116)	8.606	-	(5.710)	(7.220)	(7.220)	(7.220)	(5.710)
Valores Pendentes de Recebimento	(52.156)	(4.560)	-	-	-	(56.716)	(4.560)	(56.716)	(52.156)
Excedente de reativos	(40.957)	(17.462)	-	-	-	(58.419)	(17.462)	(58.419)	(40.957)
Total das obrigações especiais em serviço	(449.987)	(19.453)	-	7.185	-	(462.255)	(12.268)	(462.255)	(455.697)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	R\$
1. P&D-CIDADE INTELIGENTE BUZIOS	8.606

Não ocorreram baixas de obrigações especiais no exercício.

21. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	305.155	231.405
Programas de P&D e PEE	67.675	70.097
Outros	12.446	976
Total	<u>385.276</u>	<u>302.478</u>
Circulante	339.189	252.336
Não Circulante	46.087	50.142

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	<u>31/12/2016</u>		
	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>% de Participação no capital</u>	<u>Milhares R\$</u>
Enel Brasil S.A.	45.978.507	46,89	608.698
Enel Américas S.A.	31.113.689	31,73	411.906
Chilectra Inversud S.A.	20.615.188	21,02	272.919
Outros	355.513	0,36	4.707
Total de ações em circulação	<u>98.062.897</u>	<u>100,00</u>	<u>1.298.230</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Com o objetivo de manter os valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA cotados dentro dos valores mínimos por ela estabelecidos, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, em 15 de dezembro de 2015, operação de grupamento de ações, na proporção de 40.000 ações para 1 (uma) ação, sem redução de capital social. As ações passaram a ser negociadas na forma agrupada a partir do dia 15 de janeiro de 2016. Nessa data o capital social da Companhia passou a ser representado por 98.062.897 (noventa e oito milhões, sessenta e duas mil, oitocentos e noventa e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia optou por oferecer aos seus acionistas período para livre ajuste de posição de 30 dias, conforme Instrução CVM 323/00, e o leilão das frações remanescentes após o grupamento será efetuado no dia 29 de janeiro de 2016.

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas terá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas será incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia.

b) Reserva de capital

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração do imobilizado em curso	20.946	20.946
Reserva de ágio	2.308	2.308
	<u>23.254</u>	<u>23.254</u>
	23.254	23.254

c) Reservas de lucros

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reserva legal	113.379	113.379
Reserva de reforço de capital de giro	412.503	737.945
	<u>525.882</u>	<u>851.324</u>

(i) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a companhia não foi constituída a reserva legal.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(ii) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em complemento a reserva de reforço de capital aprovada pelos acionistas, foi registrado nas demonstrações do resultado regulatório a diferença apurada entre o resultado societário e o regulatório.

d) Reservas de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição (“VNR”) do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 132 – Ativo Imobilizado e subgrupo 223 - Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 243.01 – Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita

Descrição	Nº Consumidores		MWh Mil		31/12/2016	31/12/2015
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Fornecimento - Faturado	2.610.248	2.606.447	9.062	9.711	6.440.531	6.486.241
Residencial	2.374.369	2.368.473	4.688	4.914	3.321.331	3.281.480
Industrial	4.317	4.507	638	888	488.650	608.339
Comercial	146.128	148.588	2.088	2.230	1.694.373	1.689.462
Rural	66.670	66.786	246	254	117.529	112.041
Poder público	15.341	14.764	514	541	400.922	392.116
Iluminação pública	1.727	1.691	549	545	250.050	242.614
Serviço público	1.696	1.638	339	340	167.676	160.189
Suprimento Faturado						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	229.678	273.637
Fornecimento de energia elétrica	2.610.248	2.606.447	9.062	9.711	6.670.209	6.759.878
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	190	66	2.316	2.012	387.487	313.322
Consumidores Livres	178	54	1.888	1.584	310.125	246.762
Permissionárias	12	12	428	428	77.362	66.560
(-) Transferências	-	-	-	-	(17.341)	(17.435)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(3.886)	(5.811)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(13.455)	(11.624)
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	(452.609)	786.003
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(459.426)	1.068.314
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	45.439	(14.381)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(38.622)	(267.930)
Serviços cobráveis	-	-	-	-	(18.017)	(369.695)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	222.338	184.565
Total	2.610.438	2.606.513	11.378	11.723	6.792.067	7.656.638

24. Pessoal e Administradores

Despesa de pessoal	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração	(107.778)	(104.434)
Encargos sociais	(31.290)	(41.453)
Provisão de férias e 13º salário	(15.841)	(16.067)
Plano de saúde	(5.178)	(6.073)
Previdencia privada	(12.851)	(12.729)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(19.967)	(12.638)
Participação nos resultados	(9.219)	(9.022)
Outros	(11.072)	(12.916)
(-) Transferências para imobilizado em curso	51.683	27.461
Total	(161.513)	(187.871)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(490.455)	(490.455)	(319.564)	(319.564)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>122.638</u>	<u>44.141</u>	<u>79.915</u>	<u>28.761</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(9.556)	(3.582)	(8.402)	(3.214)
Incentivos e outros	1.465	535	1.465	(202)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>114.547</u>	<u>41.094</u>	<u>72.978</u>	<u>25.345</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>114.547</u>	<u>41.094</u>	<u>72.442</u>	<u>25.881</u>
Total	<u>114.547</u>	<u>41.094</u>	<u>72.442</u>	<u>25.881</u>

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	102.574	71.186
Provisão para perdas em estoque	63	249
Provisão para déficit previdenciário	174.278	165.132
Provisão para ações judiciais e regulatórias	205.259	177.511
SWAP - debêntures	24.944	-
Provisão para desativação	13.770	13.770
Outras provisões	81.728	23.886
	<u>602.616</u>	<u>451.734</u>
Passivo não circulante		
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	283.541	338.514
SWAP - debêntures	234	2.366
	<u>283.775</u>	<u>340.880</u>
Total	<u>318.841</u>	<u>110.854</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	25.536	14.228
Acréscimos moratórios	88.019	77.205
Variações monetárias	16.482	14.483
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	180.231	-
Varição monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	23.998	76.697
Outras receitas financeiras	20.816	29.511
Total da receita financeira	<u>355.082</u>	<u>212.124</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(241.206)	(121.011)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(144.943)	(115.169)
Varição monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	(13.610)
Encargo de fundo de pensão	(47.447)	(42.920)
Variações monetárias debêntures	(40.661)	(60.305)
Juros debêntures	(102.010)	(112.962)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(216.105)	-
Outras despesas financeiras	(96.651)	(122.217)
Total da despesa financeira	<u>(889.023)</u>	<u>(588.194)</u>
Resultado financeiro	<u>(533.941)</u>	<u>(376.070)</u>

27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito(rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	251.357	134.126
Titulos e valores mobiliários	53.772	107.359
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	11.103	7.297
Consumidores	795.626	975.311
Ativo financeiro setorial	204.533	850.376
	1.316.391	2.074.469

A Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

A Administração considera bastante reduzido o risco relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalente de caixa e Titulos e valores mobiliários	31/12/2016	31/12/2015
AA-	111.057	54.359
AAA	48.317	67.940
A+	15.207	-
AA+	117.099	-
BB	222	-
Banco Central do Brasil	13.226	119.186
Total Geral	305.128	241.485
Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2016	31/12/2015
AA-	(65.810)	1.706
A	788	5.591
Total Geral	(65.022)	7.297

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Ampla justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados na Notas 16, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia. O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2016 é de 46% e em 2015 de 49%.

d) Risco de Mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas a dólar da companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI).

	<u>31/12/2016</u>
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	<u>376.104</u>
Exposição Patrimonial	<u>376.104</u>
Instrumentos Financeiros Notional	(359.494)
Exposição Cambial Total	<u>16.610</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 96% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 11% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 14% das dívidas variáveis (13% do total) tiveram hedge em suas taxas através de contrato de swap. Além disso, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar a necessidade de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 65.021 (resultado positivo no montante de R\$ 7.297 em 31 de dezembro 2015), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 6.262 (R\$ 3.683 em 31 em de dezembro 2015).

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Selic	6.553	2%	77.624	33%
CDI	255.679	95%	65.564	28%
Pré-Fixado	8.072	3%	88.804	39%
Total	270.304	100%	231.992	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Taxa Fixa	189.920	6%	262.223	10%
TJLP	369.015	11%	366.710	14%
Selic	151.392	5%	56.919	2%
CDI	1.959.516	59%	1.335.832	50%
IPCA	607.899	18%	655.639	24%
Libor	16.610	1%	-	0%
Total	3.294.352	100%	2.677.323	100%

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis para a Ampla através de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000, Banco Santander no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$ 150.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2016, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.013.299.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.891	5.625	25.037	112.257	26.019	171.829
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	29.588	33.936	148.231	830.868	-	1.042.623
Empréstimos com Parte Relacionada	202.889	25.024	105.742	1.240.079	-	1.573.734
Debêntures	22.835	-	438.552	634.660	-	1.096.047
	258.203	64.585	717.562	2.817.864	26.019	3.884.233
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.091	4.123	18.261	86.725	25.897	137.097
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	9.545	18.810	114.037	556.015	45.219	743.626
Empréstimos com Parte Relacionada	-	-	-	1.646.580	-	1.646.580
Debêntures	22.852	-	275.176	1.085.561	-	1.383.589
	34.488	22.933	407.474	3.374.881	71.116	3.910.892

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	973	-	973
"Swaps" de juros 06/01/16	(4.406)	-	(13.988)	(11.351)	(29.745)
"Swaps" de juros 07/03/16	-	(14.373)	(12.817)	(28.856)	(56.046)
	(4.406)	(14.373)	(25.832)	(40.207)	(84.818)
31 de dezembro de 2015					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(2.850)	(1.632)	(4.482)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(1.726)	-	(1.726)
	-	-	(4.576)	(1.632)	(6.208)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	251.357	251.357	134.126	134.126
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	53.772	53.772	107.359	107.359
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	63.601	63.601	40.923	40.923
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	795.626	795.626	975.311	975.311
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	84.519	84.519	81.368	81.368
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	11.103	11.103	7.297	7.297
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	2.356	2.356	8.594	8.594
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	537.780	537.780
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.242.355	2.242.355	1.832.491	1.832.491
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.875.983	1.826.806	1.551.289	1.454.941
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	977.243	953.470	1.133.331	1.101.586
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	376.104	372.590	-	-
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	60.481	60.481	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	76.125	76.125	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	689.020	689.020	916.038	916.038

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2016 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	92	787	695	50.000
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	(31.999)	(28.233)	3.766	150.000
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	(42.531)	(37.576)	4.955	277.718

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2016 havia 3 (três) contratos de swap, sendo um de CDI para taxa fixa e dois contratos de Libor para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2016	31/12/2015
Contratos de swaps:					
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	787	5.591
CITIBANK S.A.	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	(28.233)	1.706
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	(37.576)	-

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Ativos	Risco	Base 31/12/2016	Cenários projetados - Dez.2017		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	6.553	119	90	60
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	255.679	8.111	6.169	4.173
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	8.072	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Pre-fixado	(50.000)	(1.966)	(1.966)	(1.966)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(427.718)	(55.713)	(67.813)	(79.608)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(140.834)	(13.559)	(13.559)	(13.559)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(369.015)	(33.840)	(39.178)	(44.445)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(151.392)	(13.866)	(16.069)	(18.243)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.534.210)	(192.981)	(231.329)	(268.716)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(607.900)	(69.618)	(77.107)	(84.063)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(16.609)	-	-	-
			(373.313)	(440.762)	(506.367)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2016	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª, 7ª emissão	2.850	3.465	4.063
Swap Ponta Ativa	(2.850)	(3.465)	(4.063)
Swap Ponta Passiva	1.966	1.966	1.966
Santander 4131	6.539	63.819	111.583
Swap Ponta Ativa	(6.539)	(63.819)	(111.583)
Swap Ponta Passiva	34.673	42.516	50.161
Citi 4131	4.360	33.253	57.345
Swap Ponta Ativa	(4.360)	(33.253)	(57.345)
Swap Ponta Passiva	21.039	25.297	29.447
Total	57.678	69.779	81.574

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.837 em 2017, R\$ 2.688.536 em 2018, R\$ 2.853.353 em 2019, R\$ 2.847.306 em 2020 e R\$ 50.294.988 após 2020.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 que foram homologados pela ANEEL.

29. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2016 foi de R\$ 19.967 (R\$ 12.638 em 2015).

30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 1.260.239	R\$ 159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Revisão e reajuste tarifário

31.1. Resumo da revisão tarifária (ou reajuste tarifário)

O reajuste tarifário da Ampla é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita da concessionária e os componentes financeiros. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reajuste apresentado.

	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no Reajuste	Participação na Receita
PARCEL A A [Encargos+Transmissão+Energia]	3.368.999.702,69	3.394.470.716,19	0,76%	0,55%	70,54%
Encargos Setoriais	1.029.980.329,59	995.241.944,03	-3,37%	-0,75%	20,68%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. - TFSEE	10.271.585,73	5.685.055,72	-44,65%	-0,10%	0,12%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO)	560.561.769,31	390.712.630,35	-30,30%	-3,64%	8,12%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Decr. 7945/2013)	118.604.901,42	131.082.681,53	10,52%	0,27%	2,72%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (Conta-ACR)	215.354.494,69	227.453.651,39	5,62%	0,26%	4,73%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	85.844.250,01	197.567.625,51	130,15%	2,40%	4,11%
P&D, Efic.Energ e Re ssarc.ICMS Sist. Isol.	39.231.031,44	42.616.891,40	8,63%	0,07%	0,89%
ONS	112.297,01	123.408,12	9,89%	0,00%	0,00%
Custos de Transmissão	257.583.723,58	243.283.162,07	-5,55%	-0,31%	5,06%
Rede Básica	103.937.717,85	80.330.159,82	-22,71%	-0,51%	1,67%
Rede Básica Fronteira	10.919.849,42	14.466.778,10	32,48%	0,08%	0,30%
Rede Básica ONS (A2)	899.304,00	82.212,00	-90,86%	-0,02%	0,00%
MUST Itaipu	19.064.334,65	21.471.094,55	12,62%	0,05%	0,45%
Transporte de Itaipu	8.035.889,09	10.142.271,46	26,21%	0,05%	0,21%
Conexão	9.817.378,01	12.466.154,95	26,98%	0,06%	0,26%
Uso do sistema de distribuição	104.909.250,56	104.324.491,20	-0,56%	-0,01%	2,17%
Custos de Aquisição de Energia (incluindo Proinfra)	2.081.435.649,52	2.155.945.610,09	3,58%	1,60%	44,80%
PARCEL A B	1.291.777.955,31	1.417.934.998,98	9,77%	2,71%	29,46%
Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT	4.660.777.657,99	4.812.405.715,17		3,25%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual					7,81%
CVA em Processamento - Encargos Setoriais + Neutralidade		55.551.015,78		1,19%	
CVA em Processamento - Energia comprada		329.838.193,14		7,08%	
CVA em Processamento - Transmissão		9.191.514,20		0,20%	
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes		3.867.872,66		0,08%	
Neutralidade dos Encargos		21.220.794,42		0,46%	
Repasso da sobrecontratação/exposição de energia REN n° 255/2007		30.364.555,43		-0,65%	
Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)		669.247,91		0,01%	
Ajuste Financeiro ref. concatenação dos CUSDs		840.766,84		0,02%	
Penalidade por descumprimento de meta de universalização		709.840,05		-0,02%	
Repasso de compensação DIOFIC		4.505,30		-0,00%	
Diferencial Eletronelear - Lei n° 12.111/2009		117.652,59		0,00%	
Ajuste Liminar Abrace		12.482.215		0,27%	
Passivo das Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR) - RTA 2015		991.641		0,02%	
Correção MCP 2014 (CVA 2015)		(26.591.146)		-0,57%	
Diferença de receita ref. recálculo do IRT 2015 da AMPLA		(13.141.325)		-0,28%	
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior					-3,68%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores					7,38%

28.1. Reajuste tarifário anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Ampla resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,38%.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	251.357	-	251.357	134.126	-	134.126
Titulos e valores mobiliários	53.772	-	53.772	107.359	-	107.359
Consumidores	736.365	-	736.365	970.942	-	970.942
Consumidores - serviços prestados	84.519	-	84.519	81.368	-	81.368
Ativos financeiros setoriais	-	149.530	149.530	459.074	(219.692)	239.382
Subvenção CDE - desconto tarifário	277.512	-	277.512	173.228	-	173.228
Cauções e depósitos	63.601	-	63.601	40.923	-	40.923
Tributos a compensar	74.643	-	74.643	90.615	-	90.615
Serviço em curso	65.426	-	65.426	73.054	-	73.054
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	787	-	787	1.912	-	1.912
Outros créditos	125.425	-	125.425	132.787	-	132.787
Total do ativo circulante	1.733.407	149.530	1.882.937	2.265.388	(219.692)	2.045.696
Não circulante						
Consumidores	59.261	-	59.261	4.369	-	4.369
Ativos financeiros setoriais	-	55.003	55.003	78.706	532.288	610.994
Depósitos vinculados a litígios	223.325	-	223.325	223.613	-	223.613
Tributos a compensar	125.300	-	125.300	109.803	-	109.803
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	10.316	-	10.316	5.385	-	5.385
Tributos diferidos	369.898	232.718	602.616	264.255	187.479	451.734
Ativo indenizável (concessão)	2.242.355	(2.242.355)	-	1.832.491	(1.832.491)	-
Imobilizado	71.552	5.484.312	5.555.864	74.187	5.078.200	5.152.387
Intangível	3.268.616	(3.079.380)	189.236	2.960.331	(2.787.377)	172.954
Investimentos	-	3.982	3.982	-	3.285	3.285
Total do ativo não circulante	6.370.623	454.280	6.824.903	5.553.140	1.181.384	6.734.524
Total do ativo	8.104.030	603.810	8.707.840	7.818.528	961.692	8.780.220

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo						
Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	688.858	-	688.858	952.142	-	952.142
Empréstimos, financiamentos e debêntures	790.340	-	790.340	355.388	-	355.388
Salários, provisões e encargos sociais	42.546	-	42.546	34.760	-	34.760
Obrigações fiscais	124.301	-	124.301	216.146	-	216.146
Dividendos a pagar	46.515	-	46.515	46.657	-	46.657
Passivos financeiros setoriais	19.042	(13.425)	5.617	-	85.686	85.686
Taxa regulamentares	339.189	-	339.189	252.336	-	252.336
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	13.510	-	13.510	-	-	-
Outras obrigações	83.549	-	83.549	48.800	-	48.800
Total do passivo circulante	2.147.850	(13.425)	2.134.425	1.906.229	85.686	1.991.915
Não circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	162	-	162	5.778	-	5.778
Passivos financeiros setoriais	41.439	217.960	259.399	-	226.910	226.910
Tributos diferidos	-	283.775	283.775	-	340.880	340.880
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.438.990	-	2.438.990	2.329.232	-	2.329.232
Obrigações com benefícios pós-emprego	493.335	-	493.335	491.635	-	491.635
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	603.705	-	603.705	522.092	-	522.092
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	62.615	-	62.615	-	-	-
Taxa regulamentares	46.087	-	46.087	50.142	-	50.142
Total do passivo não circulante	3.686.333	501.735	4.188.068	3.398.879	567.790	3.966.669
Patrimônio líquido						
Capital social	1.298.230	-	1.298.230	1.298.230	-	1.298.230
Reserva de capital	23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reserva de lucro	947.904	(422.022)	525.882	1.187.344	(336.020)	851.324
Reserva de reavaliação regulatória	-	537.522	537.522	-	644.236	644.236
Outros resultados abrangentes	459	-	459	4.592	-	4.592
Total do patrimônio líquido	2.269.847	115.500	2.385.347	2.513.420	308.216	2.821.636
Total do passivo e patrimônio líquido	8.104.030	603.810	8.707.840	7.818.528	961.692	8.780.220

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	6.555.189	115.020	6.670.209	6.325.972	433.906	6.759.878
Suprimento de energia elétrica	77.362	-	77.362	66.560	-	66.560
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição	310.125	-	310.125	246.762	-	246.762
Outras receitas vinculadas	267.163	10.122	277.285	242.091	13.965	256.056
Receita de construção	884.905	(884.905)	-	761.538	(761.538)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	(518.199)	(24.715)	(542.914)	885.415	(558.033)	327.382
	7.576.545	(784.478)	6.792.067	8.528.338	(871.700)	7.656.638
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
ICMS	(1.721.457)	-	(1.721.457)	(1.698.658)	-	(1.698.658)
PIS-PASEP	(111.530)	-	(111.530)	(135.752)	-	(135.752)
Cofins	(513.713)	-	(513.713)	(625.281)	-	(625.281)
ISS	(3.030)	-	(3.030)	(3.103)	-	(3.103)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(20.641)	-	(20.641)	(18.864)	-	(18.864)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(712.064)	-	(712.064)	(854.498)	-	(854.498)
Programa de eficiência energética - PEE	(20.641)	-	(20.641)	(18.864)	-	(18.864)
Taxa de fiscalização	(6.481)	-	(6.481)	(9.903)	-	(9.903)
Outros encargos	-	(90.305)	(90.305)	-	(458.621)	(458.621)
	(3.109.557)	(90.305)	(3.199.862)	(3.364.923)	(458.621)	(3.823.544)
Receita líquida / ingresso líquido	4.466.988	(874.783)	3.592.205	5.163.415	(1.330.321)	3.833.094
Custos não gerenciáveis - parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(1.825.602)	-	(1.825.602)	(2.792.124)	463.801	(2.328.323)
Encargos de transmissão / distribuição / conexão	(312.188)	-	(312.188)	(369.932)	118.947	(250.985)
	(2.137.790)	-	(2.137.790)	(3.162.056)	582.748	(2.579.308)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.329.198	(874.783)	1.454.415	2.001.359	(747.573)	1.253.786

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis (continuação)	2.329.198	(874.783)	1.454.415	2.001.359	(747.573)	1.253.786
Custos gerenciáveis - parcela "B"						
Pessoal e administradores	(161.513)	-	(161.513)	(187.871)	-	(187.871)
Serviços de terceiros	(484.287)	-	(484.287)	(433.489)	-	(433.489)
Material	(15.809)	-	(15.809)	(14.804)	-	(14.804)
Arrendamentos e aluguéis	(11.793)	-	(11.793)	(10.502)	-	(10.502)
Seguros	(4.470)	-	(4.470)	(3.473)	-	(3.473)
Doações, contribuições e subvenções	(1.824)	-	(1.824)	(2.397)	-	(2.397)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(214.605)	-	(214.605)	(128.153)	-	(128.153)
Outras provisões	(53.352)	-	(53.352)	(49.051)	-	(49.051)
Tributos	(1.907)	-	(1.907)	(1.391)	-	(1.391)
Depreciação e amortização	(253.147)	(36.692)	(289.839)	(222.095)	(72.665)	(294.760)
Outros despesas operacionais	(175.707)	4.177	(171.530)	(71.737)	348	(71.389)
Receita de multa por impuntualidade de clientes	51.115	(51.115)	-	47.591	(47.591)	-
Outras receitas operacionais	10.122	(10.122)	-	13.965	(13.965)	-
Custo de construção	(884.905)	884.905	-	(761.538)	761.538	-
	(2.202.082)	791.153	(1.410.929)	(1.824.945)	627.665	(1.197.280)
Resultado financeiro	(443.319)	(90.622)	(533.941)	(211.081)	(164.989)	(376.070)
Receita financeira	443.297	(88.215)	355.082	322.464	(110.340)	212.124
Despesa financeira	(886.616)	(2.407)	(889.023)	(533.545)	(54.649)	(588.194)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(316.203)	(174.252)	(490.455)	(34.667)	(284.897)	(319.564)
Imposto de renda	69.495	45.052	114.547	(271)	72.713	72.442
Contribuição social	24.876	16.218	41.094	(296)	26.177	25.881
Prejuízo do exercício	(221.832)	(112.982)	(334.814)	(35.234)	(186.007)	(221.241)
Prejuízo por ação originado das operações	(2,26214)		(3,41428)	(0,36022)		(0,05640)
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	(2,25394)		(3,40190)	(0,35888)		(0,05619)
Detentores de ações ordinárias	(2,26214)		(0,01238)	(0,36022)		(0,00021)
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	(2,25394)		(3,40190)	(0,35888)		(0,05619)
Detentores de ações ordinárias	(2,26214)		(0,01238)	(0,36022)		(0,00021)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

33. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

33.1 Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfa, Rede Básica, Transporte Itaipu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos financeiros), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Tanto para fins regulatórios como para o societário a atualização monetária da CVA ocorre pela SELIC e é apurada entre os períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária sendo reconhecidos como receita ou despesa financeira.

As movimentações contábeis entre as contas de Receita (Fornecimento de energia elétrica, Encargo do consumidor, e Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros) e de Custo não gerenciáveis parcela – “A” (Energia elétrica comprada para revenda, e Encargos de uso do sistema de transmissão / distribuição) tomam por base a orientação constante no Ofício Circular nº 185/2015 - SFF ANEEL e o MCSE.

- a) MCSE: A receita de fornecimento faturado de energia é composta de energia elétrica, inclusive proveniente da aplicação das Bandeiras Tarifárias, para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.
- b) Ofício circular nº 185/2015: O reconhecimento de repasse à/da CCRBT deve ser registrado como encargo do consumidor em contrapartida a energia elétrica comprada para revenda, e encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição.
- c) Despacho nº 245/2016: determina que as recuperações de despesas oriundas de custos com compra de energia devem ser registradas como receita de CVA e não como recuperação de custos (tratamento societário).

No societário, o repasse à CCRBT aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, comentados acima são registrados como receita CVA.

29.1. Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

29.2. Ativos financeiros da concessão

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão ("ICPC 01"), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

29.3. Imobilizado

29.3.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição ("VNR") atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

29.3.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

29.4. Intangível

29.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição ("VNR") atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

29.4.2. Amortização

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

34. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

34.1. Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 33.3, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

34.2. Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 33.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos

34.3. Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

34.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

34.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 33.2 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidência na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2016 e 2015

	31/12/2016	31/12/2015
Saldos no início do exercício	2.269.847	2.513.420
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	523.624	644.236
Reserva de capital de giro	(408.124)	(336.020)
Saldos no fim do exercício	<u>2.385.347</u>	<u>2.821.636</u>

Conforme comentado nas Notas 33.4.1 e 33.5.1., a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

36. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2016 e 2015

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	(221.832)	(35.234)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(139.329)	(212.042)
Glosa - BRR	5.956	5.956
Depreciação e amortização sobre a reserva de reavaliação regulatória	(42.641)	(78.621)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	47.372	72.094
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória	13.898	26.796
Outras despesas	1.762	(190)
Prejuízo líquido regulatório	<u>(334.814)</u>	<u>(221.241)</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 33.

Niterói – RJ, 28 de abril de 2017

Abel Rochinha: Diretor Presidente
Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Ewandro Naegele Moreira: Diretor de Recursos Humanos e Organização
José Nunes de Almeida Neto: Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro: Diretora de Comunicação
José Alves Mello Franco: Diretor de Regulação
Déborah Meirelles Rosa Brasil: Diretora Jurídica
Margot Frota Cohn Pires: Diretora de Compras
Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle
Ramón Francisco Castañeda Ponce: Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
Márcia Sandra Roque Vieira Silva: Diretora de Mercado